

BIOPOLÍTICA, CORPO E DIFERENÇA

Mayra Louyse Rocha Paranhos; Livia de Rezende Cardoso; Márcia Cristina Rocha Paranhos

(Universidade Federal de Sergipe, mayraufs20@gmail.com)

Resumo: A forma pela qual o poder se manifesta modifica-se, a partir do século XIX. As práticas que eram realizadas outrora tinham por objetivo governar o sujeito, então com o biopoder e a imersão das biopolíticas, o alvo do governo recai sobre a população em geral. Pensando em como o biopoder pode agir na vida humana nessa era globalizada, destacamos a sua manifestação através das biotecnologias que são manuseadas pelas ciências e engenharias que estudam a vida. Assim, este artigo tem como objetivo entender como a biopolítica age no corpo que é considerado diferente e/ou estranho, utilizando como instrumento as biotecnologias. Como em uma relação de poder os sujeitos podem ser tanto alvo quanto o instrumento pelo qual o poder se manifestará, torna-se necessário discutir a biopolítica, para que possamos entender como o saber/poder se configura em um agente para transformação da vida humana, especificamente como ele pode agir nos corpos dos sujeitos.

Palavras-chave: Biopolítica, Biotecnologia, Corpo, Diferença.

INTRODUÇÃO

As estratégias biopolíticas possibilitam que os corpos dos sujeitos sejam administrados e que a vida seja controlada através do conhecimento sobre a população, saindo de cena o direito de morte que simbolizava o poder do soberano e assumindo um novo poder, que tem como objetivo o controle do biológico para que este possa suprir as expectativas criadas pela sociedade e os seus padrões.

O poder, ao decorrer dos anos, foi se transformando, sendo o poder soberano aquele que tinha o direito de fazer morrer e deixar viver, umas das primeiras formas pela qual o poder começou a agir em sociedade (FOUCAULT, 1999). Com a demanda de mercado sobre produção e consumo e o cuidado com o corpo dos súditos, para que estes pudessem gerar benefícios, eis que surge um novo direito no qual o soberano possui função de proteção a vida. Esse direito conhecido como poder disciplinar tem como objetivo “adestrar” o sujeito tornando-o útil a sociedade.

Nesse trabalho abordamos a biopolítica, que tem como objetivo o controle dos processos biológicos para que a população possa ter qualidade de vida biológica. Esses instrumentos utilizados para disciplinização e/ou normatização opera na produção de corpos e subjetividades dos sujeitos. O que nos leva a analisar como as biotecnologias podem contribuir para experiências e subjetividades dessa era biotecnológica.

Outro fator de impacto para esta pesquisa, é tratar sobre o Teste genético pré-

implantacional (PGD), que surge das investigações da abertura do código genético com a finalidade de promover qualidade de vida, à medida que os embriões que são fertilizados *in vitro* e que apresentam distrofias e/ou anormalidades cromossômicas são descartados. Esse teste nos leva a problematizar o corpo que é tido como diferente e/ou estranho, como também quais são os limites para que uma vida seja merecida ser vivida ou matada.

Os domínios que constituem as verdades biológicas se tornam acessíveis, bem como penetráveis na sociedade, através da difusão dos estudos moleculares que são realizados pela Biologia e engenharias que estudam a vida. Esses conhecimentos, partem dos trabalhos realizados com células-tronco, reprodução assistida e os testes genéticos que desvendam o nosso genoma, e são passíveis a discussão sobre a ética e a moral, o sujeito e o coletivo, pois esse novo saber/poder, produzido pela genética, estão atrelados a uma nova economia política que nos leva a formação de um novo biopoder.

Refletir o corpo que não se adequa aos padrões impostos, pela sociedade neoliberal que vivemos, nos faz questionar sobre a existência humana e o seu valor, como também no corpo que é moldado para atender os padrões estabelecidos, sejam por saberes médicos, tecnológicos, como pelas normas que o regulam. Assim, o conceito de corpos, para este artigo, pode ser entendido como o de performatividade da Butler (2010), no qual os corpos e os sujeitos são construídos.

Para pensar na construção social do sujeito, discutimos as relações de saber e poder, postulados por Foucault (1999) e os modos de governo que administram a vida, seja através do poder disciplinar e/ou de um biopoder. Esses poderes são responsáveis por gerir a vida, a partir da inserção controlada dos corpos nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Nessa perspectiva, esse artigo tem como objetivo entender como a biopolítica age no corpo que é considerado diferente e/ou estranho, utilizando como instrumento as biotecnologias. Assim, alguns questionamentos surgem para complementar essa pesquisa: Como a governamentalidade influencia os corpos? A biopolítica e a vida se relacionam de que maneira? A disciplinarização do corpo aprisiona os sujeitos?

A BIOPOLÍTICA EM NOSSAS VIDAS

“O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política” (Foucault, 1989, p. 47).

A biopolítica, um exercício do poder sobre a vida, é um conceito utilizado originalmente pelo filósofo Michel Foucault. A primeira vez que Foucault tratou sobre biopolítica foi em uma palestra realizada em 1974 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, na qual três anos depois foi publicada como “O nascimento da medicina social” no livro “Microfísica do poder” (Foucault, 1989). Entretanto, foi na obra “História da sexualidade I: A vontade de saber” e, depois, com os cursos ministrados no Collège de France, nos anos de 1975 e 1976, que Foucault aprofundou-se nas discussões sobre biopolítica e biopoder.

A biopolítica é uma forma pela qual irá atuar o biopoder. De acordo com Foucault (2008), o poder age na vida dos sujeitos, se tornando em um biopoder, atuando através dos dispositivos de segurança, para administrar a população, para que estes correspondam as expectativas do que é imposto pelo mercado. O biopoder se caracteriza como o poder dos estados modernos, ele se opõe ao modelo de poder que dominou durante anos, o poder do soberano, que tinha direito sobre a morte, como também do poder disciplinar, que tinha por objetivo governar a vida do indivíduo.

O poder do soberano se caracteriza como o direito que o rei tinha para decidir sobre a vida e a morte dos seus súditos. Assim, era decisão do soberano fazer morrer ou deixar viver, sendo essa uma das primeiras formas pela qual o poder agia sobre a vida dos sujeitos, tendo em vista que competia a vontade do soberano o direito do súdito continuar a viver (FOUCAULT, 1999).

Foi no século XVII que o soberano foi perdendo o direito de fazer morrer e deixar viver do súdito e surge um novo direito, o de fazer viver e deixar morrer. O soberano aparece num cenário diferente, sendo sua função proteger a vida dos seus súditos. Entretanto, a partir desse novo direito surge o que se conhecesse como poder disciplinar, no qual o corpo do sujeito assume o centro pelo qual o poder vai atuar, moldando este de acordo com a configuração social, tornando-o, através das técnicas disciplinares, útil, dócil, disciplinado.

Foucault mostra que a forma pela qual o poder se manifesta modifica-se, a partir do século XIX, pois as práticas que eram realizadas outrora tinham por objetivo governar o sujeito, assim, com o biopoder e a imersão das biopolíticas, o alvo do governo recai sobre a população em geral. Através de um modo de regulação social, o governo controla a natalidade, mortalidade, saúde e doença dos sujeitos em conjunto, população.

Essa forma de controle, biopoder, se desenvolve mediante os instrumentos que o

Estado utiliza para controlar as manifestações de doenças, reprodução, distribuição demográfica, fome, guerra, entre outros. É no aparato biológico que as ciências estão interessadas em estudar, isso porque a lógica é que quanto mais se conhece sobre algo mais fácil será transformar. De uma forma mais ampla, podemos pensar no biopoder como um indicador para racionalização e intervenção das características da vida que foram se modificando ao decorrer da existência humana.

Para efetivação do biopoder é necessário a produção de saberes, haja vista ser o saber a forma pela qual irá atuar o poder de forma eficaz. Devido as relações de poder que existem, a população pode ser tanto alvo quanto o instrumento pelo qual esse poder se manifestará. Então, a biopolítica se torna um fator necessário a ser discutido, para que possamos entender como o saber/poder se configura em um agente para transformação da vida humana, especificamente como ele pode agir nos corpos dos sujeitos.

Pensando em como o biopoder pode agir na vida humana nessa era globalizada, podemos ver a sua manifestação através das biotecnologias que são manuseadas pelas ciências e engenharias que estudam a vida. Nikolas Rose, sociólogo britânico de inspiração foucaultiana, em seu livro “A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI”, irá nos mostrar como a biopolítica molecular contemporânea promove a politização da vida, em virtude das pesquisas que são desenvolvidas com o genoma humano.

Segundo Rose (2013), a vida se tornou um objeto de contestação e disputa política. Essa nova definição da condição humana, que está sendo estabelecida pelas condições proporcionadas pelas tecnologias que se associam as ciências que estudam a vida, nos fazem refletir sobre o nascimento de uma nova possibilidade de evolução do corpo humano. Um corpo que superará os seus limites biológicos e que está à disposição das políticas públicas como instrumento do poder.

Assim, trazendo a luz o trabalho da Galvis (2013), se os desenvolvimentos biológicos e tecnológicos trabalharem em conjunto, caminharemos rumo a uma nova forma de caracterização e formação de corpos e subjetividades, para um futuro em que as condições humanas serão superadas, tendo em vista as possibilidades reais geradas pelo desenvolvimento biotecnológico que colocarão o modelo hereditário da seleção natural como algo obsoleto. Rose (2013), também nos alerta para uma forma emergente de vida em que os sujeitos conhecem a si mesmos a partir de sua constituição biológica, a qual passa a ser, cada vez mais, passível de manipulações.

É difícil discutir procedimentos biotecnológicos que interferem o corpo e a vida das

pessoas e não tratar sobre os testes genéticos que são problematizados em diversas áreas e países, devido as controvérsias que são geradas por estes. É possível distinguirmos os benefícios e malefícios dos avanços biotecnológicos ou discriminarmos a genética da eugenia? Essa pergunta é formulada partindo do pressuposto que a partir da seleção de embriões podemos pensar na genética como uma forma de prevenir condições hereditárias, entretanto, a partir do momento que as pesquisas identificam quais seriam as bases genéticas de doenças, isso possibilita um controle sobre esse dado, permitindo a seleção de características.

Considerando a segunda opção, teríamos um novo tipo de eugenia, uma eugenia camuflada, na qual os conhecimentos biotecnológicos poderão ser usados como instrumento para a eliminação do indesejável, do corpo considerado diferente e/ou estranho e que foge a norma. Daí, é liberado questionar-se sobre quem tem o poder de fazer morrer ou viver, na sociedade em que o poder se encarrega da vida e de como essa vida tem que ser vivida.

Tratar sobre o teste genético pré-implantacional (PGD) nos leva a pensar em uma forma de poder sobre a vida preocupado com os mecanismos que contribuem para melhor moldar os corpos, controlar e conhecer os fenômenos populacionais. Em seu livro intitulado “Homo sacer: o poder e a vida nua”, Agamben¹ (2002), traz o antigo direito romano, *Homo sacer*, para exemplificar a relação entre o poder do soberano e a biopolítica, que torna certas vidas matáveis. Qual seria o motivo para que uma vida deixasse de ser digna de viver e se tornasse uma vida irrelevante para o Estado, passível a eliminação? (AGAMBEN, 2002).

Os testes genéticos tratam a vida como uma simples *vida nua*, desprovida de autonomia e independência e que pode ser moldada ou aniquilada. O PGD se trata de um procedimento relativamente recente no qual é feito um teste genético no embrião fertilizado *in vitro* antes da implantação no útero. O objetivo deste procedimento é o de detectar problemas genéticos como a distrofia muscular e aneuploidias² e implantar somente os embriões saudáveis. Entretanto, os embriões portadores dos problemas genéticos detectados são descartados.

Analisando o PGD e as questões ontológicas que o envolvem, é fácil parar e refletir como acontecem dualismos. Tendo em vista que não se considera aborto o descarte de um embrião fertilizado *in vitro*, por ser diagnosticado com algum problema de saúde e não está

¹ Giorgio Agamben é um filósofo italiano referência sobre leitura contemporânea do conceito de biopoder. Em seus trabalhos, a biopolítica Foucaultiana é denominada: tanatopolítica.

² Número anormal de cromossomos em virtude de um exemplar extra ou inexistente.

dentro de um útero, mas a partir do momento em que uma mulher, que engravida por vias naturais, não quer e/ou não tem condições de criar um/a filho/a decide “descartar” essa vida, se trata de um aborto.

O mesmo pode ser aplicado ao caso da eugenia, se considerarmos que a seleção de características de embriões que são fertilizados *in vitro*, não se tratam e/ou consideram uma estratégia eugênica, mas a possibilidade de fabricação de um ser humano, segundo as características desejadas, como foi proposto pelos nazistas, é considerado um procedimento eugênico.

Essa problematização nos leva a refletir como as leis estão interligadas a forma de existência humana, que ela mesmo possibilita qual vida é insacrificável como matável. Para Agamben (2002), a sociedade determina quem são os seus *homo sacer*. A vida humana é regida pelo direito, sendo este responsável pela Constituição de cada país, que afirma a vida como direito fundamental para toda e qualquer pessoa. Entretanto, é essa mesma instituição, que determina o início e o fim da vida, bem como os padrões de sexualidade, trabalho e comportamento que devem ser seguidos.

A BIOPOLÍTICA ATRAVÉS DA GOVERNAMENTABILIDADE

Pensar que as nossas experiências pessoais, que irão compor as subjetividades de cada um, são íntimas a ponto de serem só nossa é, infelizmente, uma quimera. Diante de tantas informações que recebemos, nessa era biotecnológica, e a presença do Estado no controle dos corpos, não se consegue traçar uma separação entre o privado e o objeto de poder.

No ensaio realizado por Nikolas Rose (1988), intitulado “Governando a alma: a formação do eu privado”³, o autor descreve como as nossas experiências e relações mais íntimas, que parecem ser o lugar, que se possa encontrar o verdadeiro “eu privado”, é enganosa. O autor explica que a administração do eu, é um fenômeno historicamente recorrente, mas que na modernidade ela ocorre sob aspectos específicos. Apesar da sensação do que pensamos e sentimos fazer parte do nosso “eu pele”, socialmente somos organizados e administrados através de detalhes minuciosos.

Partindo desse pressuposto, Foucault (2008) nos mostra como a biopolítica trata-se de um governo da população, com finalidade de conhece-la para controla-la. Esse conhecimento envolve saber sobre os seus desejos, comportamentos, tudo que está relacionado a vida e os seus detalhes mais específicos, para que se possa ter controle sobre ela.

³ Este ensaio constitui a introdução dos estudos contidos no livro “*Governing the soul, Routledge*”.

A governamentalidade aparece como um instrumento para criticar a sociedade capitalista, que através dos dispositivos de saber/poder controlam a vida dos sujeitos. Foucault (2008), aponta o modelo econômico liberalista como uma racionalidade do governo. O liberalismo, como racionalidade governamental, propõe a liberdade do sujeito e do mercado, mas age na sociedade através dos dispositivos de segurança. Esses dispositivos determinam o modo de vida, escolhas, comportamentos, orientação sexual, alimentação, educação e conduta moral.

A nossa sociedade atual está alicerçada no capitalismo neoliberal, no qual prega-se que há liberdade de consumo e produção da população, mas ainda se mantém a necessidade de governo dos sujeitos, para que estes possam atender as expectativas de qualidade de vida, para produção e consumo ainda maior, como também para um domínio sobre a vida pessoal e social. Nessa sociedade, aqueles que não possuem utilidades são marginalizados (ARAÚJO, 2009).

Através do conhecimento das vontades e desejos de uma população, os dispositivos de poder irão agir especificamente nos detalhes que são de interesse para uma determinada instituição ou Estado. Trazendo a luz os pensamentos de Rose (1988), os nossos sonhos e desejos não são nossos, mas planejados para uma população. Assim, o neoliberalismo é uma ferramenta que se caracteriza como biopolítica, pois age sobre os sujeitos controlando-os para que se tornem úteis, saudáveis e que atendam as expectativas que são criadas para uma sociedade “normal”.

Quando falamos de “normal”, é comum retomar as normas e regulações que o assim os fazem ter esse sentido. Para Butler (2014), a norma nos leva a pensar o poder como um conjunto organizado de restrições e como um mecanismo regulador. No caso do PGD, podemos pensar a norma como um instrumento que irá regular o genótipo que será expresso no fenótipo.

A BIOPOLÍTICA E O PODER DISCIPLINAR NO CORPO ESTRANHO E/OU DIFERENTE

Pensar no corpo que não se adequa as normas de uma sociedade, nos faz refletir sobre a vida humana em sua totalidade, aquela que não se restringe ao biológico, mas que vai para além dele. Para discutir o corpo que é tido como diferente e/ou estranho, foi realizada uma busca sobre os trabalhos que mostram como o corpo é modificado, através das intervenções médicas, tecnológicas, como também pelas normas que regulam esses corpos transformando-

os para que estes sintam-se reais e/ou naturais.

Para dar início a uma reflexão do que seriam as diversas imposições de uma racionalidade que, para normatizar, desenvolveram estratégias para que o corpo fosse aceito e subjetivado, trazemos a luz Foucault (1987), que mostra como as técnicas de poder, que se consolidam no corpo dos sujeitos, surgem a partir do século XVII e produzem grandes reflexos no cenário macropolítico, em virtude de serem técnicas que possibilitam o controle do corpo, tornando-o útil e disciplinado. Esse método, que seria para Foucault a disciplina, permite que o corpo seja dominado para que opere conforme como se quer o poder.

É nesse trabalho que Foucault (1987), aborda como o dispositivo da sexualidade está profundamente relacionado com o desenvolvimento do que ficou conhecido por “sociedade disciplinar”. A sociedade disciplinar, é um atributo das sociedades modernas, marcadas por regulações sociais, através da vigilância e controle. É válido ressaltar que existe uma diferença entre o poder disciplinar e a biopolítica, tendo em vista que um tende a controlar o indivíduo, enquanto o outro busca o controle do coletivo, respectivamente.

O poder disciplinar não pertence a uma instituição específica e nem mesmo ao Estado, mas por meio das suas técnicas, disciplina, o poder age de forma individual, “adestrando” os corpos, para que estes venham a se adequar as normas vigentes da sociedade, tornando-se úteis e dóceis. O poder disciplinar não será imposto de forma explícito, mas de forma sutil e efetiva.

Pelo que nos mostra a Butler (2014), a norma pode aparecer de forma clara ou não, sendo que quando elas aparecem como normalizadoras de práticas que estão ligadas ao social, estarão agindo de forma implícita, para que sua presença não seja notada, entretanto os efeitos que estas causam são intensamente perceptíveis.

O corpo se constitui em um espaço de medidas para as práticas sociais em virtude da sua composição e por ser facilmente moldado pelas técnicas disciplinares e pela biopolítica (FOUCAULT, 2008). Além disso, Foucault (2008) mostra como o corpo é um objeto maleável do poder, do poder que produz domínios e que tem como alvo o corpo humano, não com a finalidade de crucificar, martirizar, mas para aperfeiçoar.

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que para Foucault, o poder não é visto somente como repressor e que irá anular o sujeito, mas também como um jogo de relações na qual o sujeito será produzido. Outro ponto importante a ser discutido, é sobre a importância da sexualidade, que assume um papel central para promoção do biopoder, pois o sexo se configura no agente principal para as tecnologias que desenvolvem a vida, sendo que é a

partir do sexo que se tem acesso ao corpo e comportamento do sujeito e da população em geral (FOUCAULT, 1999).

Em seu livro “Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer”, Louro (2015), questiona, de forma desafiadora, as estruturas normatizadoras de nossa cultura, sobretudo no último texto “Marcas do corpo, marcas de poder”, no qual a autora nos leva a fazer uma reflexão sobre a aparência dos corpos e como estes são classificados e/ou hierarquizados em decorrência da sua aparência. Essas características fenotípicas constituem em marcas de poder na medida que determinam causa e justificativa das diferenças no interior de uma cultura.

Por meio dos estudos moleculares que a biologia, genética e engenharias que estudam a vida proporcionam, é perceptível que a sociedade está, cada vez mais, entrando nos domínios que constituem as verdades biológicas. Foram com os estudos de reprodução assistida e testes genéticos como o PGD que ficou perceptível visualizar a forte relação existente entre o sujeito e coletivo, a moral e a ética. Isso porque esses novos saberes produzidos pela genética estão atrelados a uma nova economia política que nos leva a formação de um novo biopoder.

Mediante essa era biotecnológica, com aparatos reguladores que são amplos e difusos, temos uma associação dos saberes médicos juntos as tecnologias para proporcionar uma transformação na vida dos sujeitos. No livro “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual”, a autora Bento (2006), traz relatos de pessoas que mudaram os corpos na tentativa de se tornarem reais dentro dessa sociedade de normas. Nessa obra, vemos como a tecnologia e os saberes médicos se associam em um aparato que surge para regular o corpo e o transformar, através dessa regulação, em algo natural e/ou real.

Para Bento (2006), os sujeitos buscam as tecnologias como uma forma de reafirmação do seu eu. Através dessa discussão a autora retoma um ponto importante, que é sobre a autoridade para o reconhecimento e a legitimidade das cirurgias que modificam os corpos. Sendo que as/os que estão envolvidas/os no processo de produção do diagnóstico, as/os médicas/os, são responsáveis por tomar as últimas decisões, por se tratar de casos que são “irreversíveis”, como se outros tipos de cirurgias ou uso de biotecnologias como ramificações do corpo fossem procedimentos reversíveis ao corpo.

Nessa perspectiva, temos autoras/es mostrando como nessa era biotecnológica os aparatos como a biopolítica e o discurso sobre o normal podem ser amplos e difusos. Assim, trago a luz Preciado (2002), que aborda o corpo *queer* como o que não se permite ser

construído dentro do normal e/ou anormal, subvertendo normas de subjetivações existente na sociedade.

A teoria *queer* possui como objeto de estudo aqueles sujeitos abjetos, que não estão a mercê das normas regulatórias estabelecidas pela sociedade. Sendo necessário ressaltar aqui a importância desses sujeitos, uma vez que eles são os que demarcam as fronteiras para os corpos que realmente importam, que são aqueles que materializam a norma, vindo assim a se tornar os corpos que pesam na sociedade (BUTLER, 2010).

O que se configura como espetacular na teoria *queer* é essa capacidade de não somente pensar a ambiguidade das identidades sexuais e de gênero, mas a disposição em redefinir as relações de poder/saber que são características a nossa sociedade. Outro ponto a ser discutido, é como o *queer* relaciona a subjetividade que passa a ser constitutiva do sujeito em virtude da diferença. A fundamentação da teoria *queer* não oferece prescrição de como tratar de forma “correta” o conhecimento para que este seja alcançado, mas pretende desconstruir os binarismos.

Para Louro (2015), se faz necessário a desconstrução dos binarismos que foram imbricados por nossa cultura, para que através da fragmentação desses polos estes não venham a ser diferentes, mas que mantenham independência entre si. Sendo essa desconstrução o alicerce da teoria *queer*.

As discussões geradas para traçar uma linha tênue que separe as condições que são consideradas “normais” e “anormais” são problematizadas por instituições como a medicina, direito, religião, escola e os cidadãos comuns, todas/os em busca de conduzir a prática disciplinadora ou biopolítica como uma solução para as/os que apresentam conduta desviante da norma.

CONSIDERAÇÕES

Através da discussão realizada nessa pesquisa, podemos refletir sobre a trajetória do poder através da genealogia do poder cunhada por Michel Foucault. Além disso, refletir sobre o conceito de *vida nua* descrita por Giorgio Agamben, aquela vida que é insacrável porém matável, na qual o filósofo italiano nos questiona sobre os limites para que uma vida possa ser vivida ou aniquilada.

Nesse trabalho a biopolítica abordada por Foucault (2008) foi efetivamente trabalhada, por considerar esta de interesse social, tendo em vista que nos informa sobre o governo da população que aparece como o intuito de conhecer os desejos e as vontades mais íntimas de

cada sujeito, para que se possa ter o controle de sua vida por inteiro, desde o social até o que nos parece ser de fórum íntimo. Então, a biopolítica se torna indispensável para problematizar como o saber/poder se configura em um agente para transformação da vida humana, especificamente como ele pode agir nos corpos dos sujeitos.

No que concerne a governamentalidade, temos essa como uma ferramenta que problematiza a sociedade capitalista neoliberal que nos encontramos. Sociedade que prega a liberdade de produção e consumo, mas se utiliza do saber/poder para vigiar e controlar os sujeitos, mantendo a necessidade de governo da população.

Outro ponto abordado foi sobre as transformações dos corpos, bem como a biotecnologia que padroniza corpos para uma vida mais “qualificada” em sociedade. Os aparatos reguladores do corpo se tornaram mais amplos, difusos e sofisticados. Temos uma associação dos saberes médicos com as tecnologias que se configuram em um novo biopoder. Nessa perspectiva, temos autoras/es mostrando como nessa era biotecnológica os aparatos como a biopolítica e o discurso sobre o normal podem ser amplos e difusos.

Discutir os procedimentos biotecnológicos que intervêm o corpo e a vida das pessoas, buscando os benefícios e malefícios destes é complexo. Alicerçada no conceito foucaultiano de biopoder, bem como de *Homo sacer* do Agamben, é possível afirmar que os testes genéticos tratam a vida como uma simples *vida nua*, desprovida de autonomia e independência e que pode ser moldada ou aniquilada conforme a sua utilidade para a sociedade. Do mais, podemos trazer a biotecnologia como um instrumento para uma nova forma de biopoder em nossa sociedade.

REFERENCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002. 207p.

ARAÚJO, I. L. **Foucault, formação de saber, o poder disciplinar e o biopoder enquanto noções revolucionárias**. Ítaca: Revista de pós-graduação em filosofia -UFRJ, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006. 251p.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: In: LOURO, L. L. **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 152-172.

_____. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu** (42), jan-jun, pp. 249-274, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I - A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1999. 149 p.

_____. **Microfísica do poder**. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1989.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GALVIS, C. La condición post-orgánica: tema de encuentro y tensión entre bioética y biopolítica. **Revista latino-americana de bioética**. v. 13, n. 1, p. 50-63, 2013.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PRECIADO, P. B. **Manifiesto contra-sexual**: prácticas subversivas de identidad sexual. Madrid: Pensamiento Opera Prima; 2002.

ROSE, N. **A política da própria vida**: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 400 p, 2013.

_____. “Governando a alma: a formação do eu privado”. In: Silva, Tomas Tadeu da (org.). **Liberdades reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1988. p.30-45.